

• Política

XIII Feira da Eletroeletrônica - 25 a 31 de Março
Parque Anhembi, S.P. Visite nosso stand.

Maxitec
Empresa Managem. 100 Brasília

CONSTITUINTE

Partidos começam a negociação sobre os cargos

Líder defende presença de outros partidos na Aliança

Executiva debate hoje moratória e apoio a Funaro

por Francisco Stella Fogá de Brasília

Após um intenso processo de negociações dos partidos políticos, serão instaladas hoje formalmente as nove comissões formadas para elaborar o texto da nova Constituição. Até amanhã as comissões já deverão estar divididas em subcomissões e começarão a eleger os seus presidentes e relatores. O esforço dos líderes partidários concentra-se agora na busca do entendimento para a definição dos cargos de relatores, presidentes e vice-presidentes das comissões e subcomissões.

Foi com esse objetivo que o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, reuniu-se no início da noite de ontem com o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara e na Constituinte. Antes do encontro, José Lourenço declarou-se disposto a primeiro ouvir para depois apresentar ao senador Mário Covas a proposta da bancada do PFL. "Não apresentarei posições rígidas", declarou, anunciando atitude diferente da adotada nas negociações anteriores. Na discussão sobre os cargos da Mesa da Constituinte, por exemplo, José Lourenço recusou-se a sequer discutir a participação do PFL, caso o seu partido não tivesse garantido o cargo de vice-presidente. A decisão do senador Mário Covas de resolver em primeiro lugar a distribuição dos cargos entre PMDB e PFL — as duas maiores bancadas — provocou protestos do líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro. No

plenário, Monteiro disse que há quatro dias aguardava uma audiência com Covas, sem sucesso. Foi imediatamente após o discurso chamado ao gabinete de Covas, que ainda se ocupava em distribuir os parlamentares do PMDB entre as nove comissões.

Ontem e no final de semana inteiro Covas dedicou-se integralmente a esse trabalho. Somente no começo da noite de ontem concluiu a tarefa de acomodar os constituintes do partido e divulgou a relação dos nomes que integrarão cada uma delas.

Assessores do líder estimavam que mais de 80% dos constituintes acabaram por ser designados para a comissão pela qual manifestaram preferência como primeira opção.

Pelo regimento interno da Constituinte, os presidentes serão eleitos pelas comissões e designarão, cada um, o relator. Os nomes dos candidatos serão definidos a partir da negociação entre os partidos, conduzida pelo senador Mário Covas. Cada candidato a presidente assumirá a responsabilidade de indicar o relator definido na negociação.

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, anunciou ontem a disposição de propor a criação de uma nova comissão da Constituinte para analisar a questão do endividamento dos estados junto ao governo federal, conforme relato do repórter Zanoni Antunes. O assunto, será discutido na reunião da executiva do partido, na manhã de hoje.

por Edson Beó de Brasília

O governo quer alterar as bases da carta-compromisso que deu origem à Aliança Democrática, para levar em conta a "nova realidade do momento", segundo disse o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), após despachar com o presidente José Sarney, ontem. Nesse novo contrato político, o presidente da República pretende incluir outros signatários ao lado do PMDB e do PFL e adicionar pelo menos mais duas cláusulas que ele con-

sidera fundamentais, de acordo com o mesmo deputado: a definição da duração de seu mandato e uma posição política dos partidos em relação à sua decisão de suspender o pagamento dos juros da dívida externa.

Sant'Anna deixou o gabinete presidencial, afirmando que sua missão, agora, era reunificar a Aliança Democrática e articular essas mudanças. O deputado salientou sua posição de defender o mandato de seis anos para Sarney, uma questão, segundo acentuou, não foi definida por Tancredino Neves, no advento da Nova República.

Carlos Sant'Anna disse que, brevemente, o governo formalizará o ingresso dos dezenove parlamentares do PTB na Aliança Democrática e já estuda a adesão do PL, que possui apenas meia dúzia de constituintes. O deputado respondeu que não teme que uma negociação na estrutura da coligação acabe criando outros problemas entre o PMDB e o PFL. Na pior das hipóteses, ele acredita que o Executivo manterá a atual base de apoio.

Segundo um levantamento do Gabinete Civil, o presidente pode contar com 307 parlamentares "para o

que der e vier". Mas o próprio Sant'Anna não confia muito nesses números. Ele acha que esse nível de apoio pode oscilar de acordo com a conjuntura econômica do País. Sujeito a mesmo risco, o líder da maioria incluiu a própria definição do mandato de Sarney.

Por isso, ele prevê dificuldades para acertar essa questão de maneira satisfatória para o governo. "Não será fácil", sublinhou. Assim como não será fácil reunificar a Aliança Democrática, como também lhe pedira o presidente da República, reconhece o mesmo líder.

por Cecília Pires de Brasília

O apoio à decisão do governo em suspender o pagamento dos juros da dívida externa e o fortalecimento das posições do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, deverão ser os principais temas em discussão na reunião da executiva nacional do partido, hoje pela manhã. Desta reunião deverá surgir um documento contendo estas posições, que poderá ser baseado num estudo do senador Severo Gomes em que o PMDB assume uma defesa enérgica da moratória. Neste estudo, entregue ontem ao deputado Ulysses Guimarães, Severo Gomes defende um plano econômico para o País baseado na suspensão do pagamento da dívida.

O presidente do partido e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, confirmou a elaboração do documento e reforçou a ideia de que o ministro da Fazenda tem que ser defendido pelo partido, especialmente quanto a suas posições diante da renegociação da dívida externa. Segundo Ulysses, a executiva do partido vai propor ainda ao governo uma fórmula para a redução dos juros. Na opinião do senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, o documento a ser apresentado pela executiva resume-se num plano de sustentação ao ministro Funaro.

O senador Severo Gomes defendeu que o partido precisa "reagir a esta articulação externa e interna no sentido de desestabilizar o ministro Funaro, o que significa dizer, o enfraquecimento da posição brasileira quanto à renegociação da dívida externa". Entre as forças internas que desejam a desestabilização de Funaro, Severo identifica as forças derrotadas em 15 de novembro último, e entre as forças externas, aquelas que levaram o País à situação de endividamento.

Uma prévia da reunião da executiva a ser realizada hoje foi convocada para a noite de ontem, na residência do deputado Ulysses Guimarães. A convocação causou irritação em alguns membros da própria executiva, como o deputado Francisco Pinto. O tema da reunião — da prévia, e da reunião oficial — também foi duramente criticado pelo parlamentar.

"Fui convidado para esta

PDT

Bancada federal apóia Saturnino

por Riomar Trindade do Rio

A bancada federal do PDT do Rio de Janeiro, composta de treze deputados constituintes, manifestou solidariedade ao prefeito Saturnino Braga, que vem enfrentando "sérias dificuldades" de relacionamento com a Câmara dos Vereadores do Rio, e este-



Ulysses Guimarães

prévia, mas não estou disposto a ir. Se há uma reunião da executiva, por que realizar uma reunião prévia? perguntou Francisco Pinto.

Os setores progressistas do partido deveriam propor ainda a agilização do partido em todos os sentidos. O senador José Fogá (RS) iria sugerir a realização de uma convenção do partido, onde se deveria discutir, entre outros temas, a duração do mandato presidencial e o sistema de governo. O senador Afonso Camargo iria propor maior engajamento do partido nas sugestões e planos a serem apresentados ao governo, como forma de garantir sustentação à administração Sarney, exigindo cumprimento do programa do PMDB.

Outro tema que deverá causar polémica na reunião é a questão dos cargos da executiva ocupados pelos novos governadores. Pedro Simon, no Rio Grande do Sul; Miguel Arraes, de Pernambuco; e Hélio Gueiros, do Pará, solicitaram licença dos cargos para assumir os postos no Executivo. Agora, o deputado Ulysses Guimarães acha que se deve aguardar o pronunciamento do Tribunal Federal de Recursos (TFR) em resposta à consulta apresentada pelo deputado Jorge Uequed para saber se os ocupantes de cargos executivos devem licenciar-se ou renunciar aos cargos do partido.

"Entendo que a executiva não deve resolver o assunto agora, aguardando a decisão do TFR", disse Ulysses.

Tanto Francisco Pinto quanto o ex-deputado João Gilberto, membros da executiva e acreditam que, a partir da licença dos três governadores, o partido vai optar por deixar vagos os cargos.

"Episódio encerrado"

por Zanoni Antunes de Brasília

"A Aliança Democrática tem de prosseguir". A frase do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, refletia ontem a tentativa de por fim ao impasse e se retomar os entendimentos entre o PMDB e o PFL. As lideranças consideraram encerrado o episódio que levou os dois partidos ao confronto e que acabou por deixar de fora o PFL da Mesa diretora dos trabalhos da Constituinte. O desentendimento, causado pela disputa de cargos, quase provoca também o rompimento da Aliança Democrática.

Ontem, porém, o clima de animosidade entre os dois partidos cedeu lugar ao entendimento e à negociação. O presidente da Constituinte e do PMDB,

deputado Ulysses Guimarães, por exemplo, afirmou que considerava o episódio da disputa de cargos na Mesa encerrado e defendeu a manutenção da Aliança Democrática. Idêntico comportamento também teve o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que defendeu a revitalização da Aliança Democrática como forma de superar as divergências entre os dois partidos.

No mesmo tom, o líder pefelista na Câmara, José Lourenço, que na semana passada defendia a não participação do PFL na Mesa da Constituinte, disse que o enfraquecimento da Aliança neste momento não é bom para o processo de transição política, bem como para a sustentação do presidente José Sarney.

"Ulysses e eu conversamos neste fim de semana e con-

cluímos que temos de costurar esses problemas", anunciou Lourenço.

José Lourenço tentou também minimizar as manifestações de descontentamento de sua bancada com o governo. Na semana que passou, em plena crise entre os dois partidos, deputados pefelistas chegaram a defender o rompimento da Aliança Democrática e prepararam eleições diretas para o próximo ano. Ao garantir que a maioria dos integrantes do PFL não pensa assim, o deputado José Lourenço atribuiu a manifestações isoladas e que, portanto, não representam a posição da bancada.

A mudança do tom e ao fim das animosidades entre os dois partidos ocorreram durante o último fim de semana. Os principais envolvidos no episódio viajaram no avião do presi-

dente Sarney, para Carajás (PA), durante a visita do presidente português, Mário Soares, à jazida mineral, Ulysses Guimarães, José Lourenço e Fernando Henrique Cardoso, nas conversas que mantiveram com Sarney, acertaram as bases para a retomada das conversas.

Do encontro de Carajás circularam várias versões relacionadas por alguns pemedebistas. Entre elas a de que o PMDB deveria, a pedido do presidente, evitar criar problemas na acomodação do PFL nas comissões constitucionais. Outra seria de uma "distensão" na radicalização das partes envolvidas, em favor da Aliança Democrática. Um outro comentário, de um pemedebista com trânsito no Planalto, é de que Sarney está interessado no fortalecimento de Ulysses dentro do partido.

MANDATO

Dante propõe plebiscito no PMDB

por Valério Fabris de Brasília

O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, defendeu ontem em Belém a realização de um plebiscito no PMDB para a definição do mandato do presidente Sarney. Segundo o ministro, esse plebiscito balizaria a posição do partido para uma posição fechada durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Dante de Oliveira disse ainda que a prévia funcionaria como um elemento de revitalização do PMDB, que se encontra à margem do debate dos grandes temas nacionais.

"Em um mês o PMDB teria condições de promover essa consulta junto a todos os seus filiados. O plebiscito seria realizado nos diretórios e nas bases municipais, o que, necessariamente, significa ouvir a totalidade do partido.

Dante de Oliveira observou que muitos pemedebistas vêm acusando o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães (SP), pelo alegado imobilismo da agremiação. "Falar isso é fugir das responsabilidades. A culpa é de todos nós pemedebistas."

Bancada federal apóia Saturnino

por Riomar Trindade do Rio

A bancada federal do PDT do Rio de Janeiro, composta de treze deputados constituintes, manifestou solidariedade ao prefeito Saturnino Braga, que vem enfrentando "sérias dificuldades" de relacionamento com a Câmara dos Vereadores do Rio, e este-

ve até ameaçado de "impeachment", medida extrema que contava, inclusive, com o apoio dos vereadores pedetistas. No sábado, dez dos treze deputados federais do PDT almoçaram com Saturnino Braga, no Palácio da Cidade, após uma reunião de três horas durante a qual o prefeito do Rio expôs as dificuldades financeiras do município aos deputados. "A obrigatoriedade do pagamento do 'gatilho' forçou a prefeitura a um rigoroso programa de contenção de despesas", disse Saturnino.

Segundo relato de um participante do encontro, a reunião começou tensa, principalmente devido à presença do deputado César Maia, que havia feito críticas duras ao prefeito Saturnino Braga. Além de Maia, compareceram também os deputados Brandão Monteiro (líder da bancada), Luiz Alfredo Salomão, Lysaneas Maciel, Roberto D'Ávila, Noel de Carvalho, Carlos Alberto de Oliveira (Cao), Vivaldo Barbosa, Bocaluva Cunha e Edésio Frias. No final do encontro, com o "clima já desanuviado", conforme um parlamentar presente, os deputados federais do PDT decidiram prestar inteira solidariedade ao prefeito e repelir, energeticamente, as especulações ligadas a qualquer "impeachment", por falta de "fundamento legal, ético e político".

A pressão da bancada do PDT na Câmara dos Vereadores contra o prefeito Saturnino Braga resultou da indiferença da prefeitura às exigências dos vereadores pedetistas para aprovarem a mensagem do Executivo que extinguiu o "gatilho" salarial: a demissão de nove cargos do segundo escalão e direito a mais oitenta nomeações. Saturnino ficou calado e a Câmara rejeitou sua proposta de extinção do "gatilho".